



**“O LIVRO DIDÁTICO PREOCUPA NOSSOS PROFESSORES DO  
PROFHISTÓRIA”: UMA BREVE ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES SOBRE  
LIVRO DIDÁTICO NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROFHISTÓRIA  
(2016-2025) EM DIÁLOGO CRÍTICO COM ALAIN CHOPPIN**

Rafael Feldens Maiztegui<sup>1</sup>

**Introdução**

No ano 2000, o historiador francês Alain Choppin apresentou na 22<sup>a</sup> edição da *International Standing Conference for the History of Education (ISCHE)* na Espanha uma revisão bibliográfica sobre as pesquisas históricas em relação aos livros e manuais didáticos. A apresentação foi transformada em artigo publicado em francês em 2002, e, no ano de 2004 foi traduzido ao português e publicado com o título “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte” na revista *Educação e Pesquisa*.

Em 2014, fruto do interesse acadêmico e a promoção da formação continuada de docentes da educação básica por políticas públicas, nasceu o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Este programa de pós-graduação é coordenado em rede a partir da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e está presente em diversas instituições de ensino em território nacional. O Livro Didático está entre os objetos de pesquisa recorrentes nas dissertações produzidas no ProfHistória.

Neste texto tenho como objetivo confrontar as linhas de pesquisa identificadas em 2000 por Alain Choppin com as dissertações sobre Livros Didáticos produzidas no ProfHistória, procurando fazer uma dupla avaliação: O quanto as perspectivas de pesquisa sobre livro didático tem avançado no âmbito do ProfHistória? O que o mapeamento das dissertações pode problematizar nas interpretações de Alain Choppin?

---

<sup>1</sup> Mestrando no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de Ensino Fundamental. Email: [rafaelxfm@yahoo.com.br](mailto:rafaelxfm@yahoo.com.br)

### **Profhistória e o livro didático**

Rafaela Paiva Costa, ao fazer um levantamento de pesquisas em Ensino de História no ano de 2016, afirmou que 43% da produção analisada por ela tinham o livro didático como temática, entre os anos de 2004 e 2014, repetindo o que outra pesquisa já havia encontrado na década anterior (40%) (Costa, 2016, p.97). Durante este processo de aperfeiçoamento metodológico e condução de múltiplas pesquisas, o ProfHistória não existia ou estava apenas em seu processo de concepção.

“O livro didático preocupa nossos professores do Profhistória”, afirmou a professora Márcia Elisa Teté Ramos ao fazer um balanço das dissertações da primeira turma do ProfHistória na Universidade Estadual de Maringá (Ramos, 2019, p.13). Com a pesquisa realizada para este artigo constato que em algum nível esta “preocupação” continua presente nas pesquisas realizadas no âmbito do programa de pós-graduação, e, talvez possa ensaiar boas hipóteses sobre esta presença.

### **Considerações metodológicas**

As pesquisas produzidas para formação no ProfHistória estão disponíveis principalmente no repositório eduCAPES, sendo que a plataforma do programa também faz uma indexação das dissertações publicadas neste repositório. A plataforma do ProfHistória indexa dissertações produzidas até o ano de 2022 a partir do título, a autoria, o resumo e as palavras-chave, permitindo fácil acesso às informações básicas para a consideração neste artigo. A plataforma eduCAPES indexa as dissertações por todas as palavras contidas no documento, tornando mais difícil esmiuçar a pertinência de cada trabalho encontrado.

O levantamento de dissertações foi conduzido através da palavra “Livro Didático” na plataforma ProfHistória, e por conta da diferença de indexação, optei por filtrar os resultados da plataforma eduCAPES para cada ano posterior à 2022 (2023, 2024 e 2025). Desta forma, todas as dissertações consideradas até 2022 foram encontradas a partir da plataforma ProfHistória e todas de 2023 em diante na plataforma eduCAPES. Não foram retornadas dissertações relativas ao ano de 2017.

Em fins de reconhecimento das limitações, é importante ressaltar que a metodologia de análise adotada neste artigo tem um viés intrínseco tratado de forma crítica pelo autor. Ao tentar “encaixar” as dissertações produzidas no ProfHistória com as linhas de pesquisa mapeadas por Choppin a partir, principalmente, de seus títulos, resumos e índices, a categorização de alguns dos trabalhos, quase certamente, não fará justiça às nuances dos conteúdos desses textos.

Ao compilar um grande número de dissertações foi feita uma análise quantitativa com elementos qualitativos, considerando a leitura de títulos, resumos e índices. Foram incluídas apenas dissertações que declarem, nas partes consideradas, o livro didático ou legislação referente a livros didáticos como objeto central da parte analítica do trabalho. Algumas destas pesquisas foram lidas na íntegra para fins de construção de meu projeto de mestrado, que está sendo realizado simultaneamente a escrita deste artigo.

### **O artigo de Alain Choppin e seu mapeamento**

Artigos e dissertações que têm como tema o estudo de livros didáticos de História dificilmente escapam de citar “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte” de Alain Choppin. O texto, publicado em formato de artigo em 2004 no Brasil, busca analisar as principais pesquisas históricas sobre livros e manuais didáticos ao redor do mundo, e, ao meu ver, a complexidade da tarefa justifica sua manutenção longínqua nas referências bibliográficas alheias.

Em resumo, no artigo, Choppin discorre criticamente sobre as tendências que identifica na pesquisa histórica sobre livros didáticos citando exemplos, e a procura apontar para linha promissoras ou pouco exploradas. O autor considera a dificuldade de definir este objeto em diversos contextos ao redor do mundo, inclusive citando que, no Brasil, os livros didáticos correspondiam à maior parcela do mercado editorial (Choppin, 2004, p.551).

O autor não faz uma classificação taxonômica das tendências identificadas em seu mapeamento, porém para este artigo, tive que direcionar minha leitura para basear um

processo classificatório. O quadro abaixo enumera as tendências de pesquisa levantadas do texto de Choppin:

**Quadro 1** - Classificação das tendências de pesquisas históricas de livros didáticos baseadas no artigo “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte” de Alain Choppin (2004).

1. Análise crítica-ideológica da ‘História Oficial’;
2. Análise diacrônica;
3. Análise temática;
4. Análise didática;
5. Análise iconográfica;
6. Análise da “função instrumental”;
7. Análise dos elementos “formais”;
8. Análise de legislação/políticas para o livro didático;
9. “Recenseamento” de livros didáticos;
10. Análise do livro enquanto “produto”;
11. Pesquisa editorial;
12. Estudo sobre a recepção dos livros;
13. Estudos “transnacionais”.

Um ponto relevante é que algumas destas categorias não tiveram dissertações correspondentes nos dados analisados, é o caso do “recenseamento” de livros didáticos (9), da análise do livro enquanto produto (10) e da pesquisa editorial (11). Esta

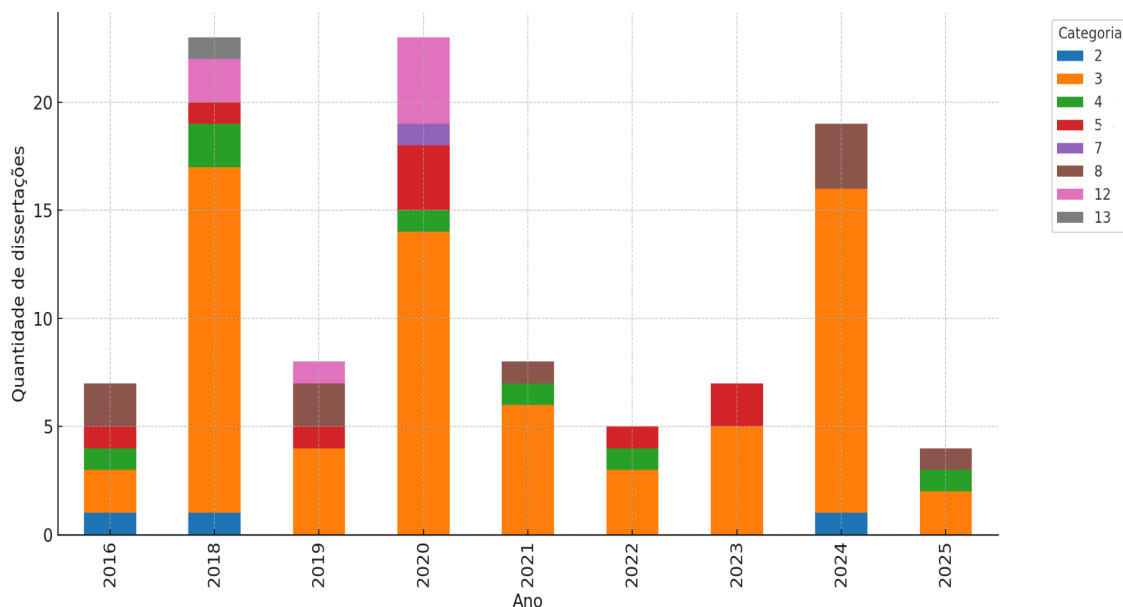
ausência pode significar uma dificuldade de realizar estes tipos de pesquisa no ProfHistória, ou uma dificuldade de identificação pelas partes analisadas neste artigo.

Algumas categorias como a análise crítico-ideológica da “História Oficial” (1), análise temática (3), análise pedagógica (4) e análise da “função instrumental” (5), acabaram se tornando ambíguas devido ao seu conteúdo comum de crítica ideológica. Optei por classificar as dissertações que se propunham a revisar conteúdos específicos relativos a partes do livro como da categoria 3 e dissertações que se propunham analisar elementos teóricos do livro na categoria 4 por estar mais de acordo com a descrição de Choppin.

## **Resultados**

Foram selecionadas da prospecção nas plataformas 84 dissertações que tem a análise dos livros didáticos de História como elemento central. Foram classificadas em ordem decrescente de quantidade: 67 dissertações como análise temática (3); 9 dissertações como análise iconográfica (5); 9 dissertações como análise de legislação/política para o livro didático (8); 7 dissertações como análise didática (4); 7 dissertações como estudo sobre a recepção dos livros (12); 3 dissertações como de análise diacrônica (2); 1 dissertação como análise de elementos formais (7); e 1 dissertação como estudo transnacional (13). Algumas dissertações foram classificadas em duas categorias.

**Gráfico 1** – Quantidade de dissertações por categoria.



A categoria Análise Temática (3) ficou em evidente destaque, representando 50% ou mais das dissertações produzidas em cada ano, com exceção de 2016. As dissertações classificadas como Análise Iconográfica (4) apareceram sempre em conjunto com uma Análise Temática. A única dissertação classificada como de Estudos “transnacionais” (13) foi a “Ensino de História e passados sensíveis: História e memória da Ditadura Militar nos livros didáticos do Brasil e da Argentina” de Ellen Natucha Pedrosa Bezerra, que, por fazer uma análise focada nas ditaduras militares também foi classificada na categoria 3.

Alain Choppin destaca positivamente pesquisas que analisam temas socialmente pertinentes (como racismo, descolonização africana, períodos de governo autoritários), mas alerta que: “podemos fazer uma leitura negativa dessas temáticas, pois, se alguns temas ou períodos são tratados à exaustão em determinados lugares, outros podem ser totalmente ignorados” (Choppin, 2004, p.556).

Ao fazer uma análise mais profunda das dissertações classificadas na categoria 3 se foi notável: uma quantidade considerável de dissertações preocupadas com a representatividade feminina, e, em maior escala, dissertações que procuraram analisar representatividade africana, afro-brasileira e indígena.

Fica evidente que, em grande parte, “nossos professores do ProfHistória” se aproximam do livro didático como objeto de estudo, tendo em vista analisar seu conteúdo em um compromisso de combate às desigualdades sociais, em especial ao racismo. Destaco também o caráter eminentemente fiscalizador (e em certa medida denunciador) que algumas dissertações possuem, verificando o impacto das mudanças curriculares regulamentado pela Lei 10.639/2003 e sua atualização, a Lei 11.645/2008, que exigem o ensino da história da África, dos afro-brasileiros e indígenas em todo sistema escolar. Esta tendência pode ser verificada pela quantidade significativa de dissertações classificadas na categoria de Análise de legislação/políticas para o livro didático (8).

Em sua dissertação “A lei e os livros: transformações na produção didática de História após a Lei 10.639/03” de 2016, Lorraine Janis Vieira dos Santos Nazário, faz uma análise diacrônica de duas coleções de livros didáticos em vistas de verificar como a edição incorporou a existência da lei. Em 2025 a forma em que as leis criadas na primeira década do século estão sendo aplicadas ainda é uma problemática relevante. Jesmary Dantas Macedo na dissertação “As Visualidades Indígenas nos Livros Didáticos de História da Educação Básica – PNLD (2022-2024) em Colinas do Tocantins-TO” afirma que a Lei 11.645/2008: “continua sendo, em muitos casos, “desconhecida” ou “ignorada” por setores administrativos das Secretarias de Educação, no âmbito municipal e estadual” (Macedo, 2023, p.37).

Outras pesquisas procuram trazer a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais para além do proposto nas leis. Cleber Teixeira Leão na dissertação “Entre o visível e o invisível afirma : a branquitude e as relações raciais nos conteúdos curriculares de ensino de história”: “Estas leis mantêm acertadamente os não brancos como objetos centrais de suas abordagens pedagógicas. Contudo, não possibilitam uma abordagem histórica que vá além do negro e do indígena” (Leão, 2020, p.14). Ou seja, me parece coerente afirmar que não foram simplesmente as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que promoveram o interesse dos “nossos professores” em estudar Livros

Didáticos, mas sim o mesmo compromisso social que levou a criação destas leis para início de conversa.

Uma pequena parte das pesquisas consideradas trouxeram uma visão global dos livros didáticos como parte central de sua análise, estas constam na categoria de Análise Didática (4). A maior parte destas pesquisas procuram fazer um diálogo entre autores de Teoria da História e as concepções de História nos livros didáticos.

### **A situação particular das partes crítico-analíticas e propositivas do ProfHistória**

Conforme Paulo Freire elabora: “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (Freire, 2015, p.30). Esta inseparável relação não parece ter entrado no radar de Alain Choppin a ponto de ele tecer grandes considerações no artigo em questão, mas se trata de um ponto importante a se considerar quando analisei as produções do ProfHistória. Se para Freire toda docência exige pesquisa, o ProfHistória possibilita que esta pesquisa seja feita em ambiente acadêmico e publicada em formato de dissertações.

A não separação entre quem pesquisa e o objeto analisado pode ser considerada um problema em uma concepção epistemológica ligada ao que chamamos de ciência positiva ou positivista. Ao definir marcos para uma epistemologia feminista negra Patricia Hill Collins expõe que:

Para a maioria das afro-americanas, os indivíduos que passaram pelas experiências sobre as quais dizem ser especialistas são mais críveis e dignos de crédito do que aqueles que meramente leram ou refletiram sobre tais experiências. Portanto, a experiência vivida enquanto critério de credibilidade é frequentemente evocada por mulheres negras quando avaliam o conhecimento (Collins, 2019, p.149).

As temáticas escolhidas nas dissertações produzidas sobre livros didáticos no âmbito do ProfHistória apontam para uma inevitável aproximação com o pensamento de Collins. Pessoas que trabalham com livros didáticos em seu dia a dia dificilmente podem ignorar suas experiências em relação ao objeto, assumindo este paradigma, eu como pesquisador do ProfHistória e professor de História no Ensino Fundamental tampouco consigo ou acho necessário fazer esta separação.

Os estudos sobre a recepção dos livros (categoria 12) procuram estudar como estudantes e docentes se apropriam dele. Esta abordagem desloca o objeto de pesquisa do estudo documental para um estudo da prática, com a participação de estudantes ou colegas da docência. Na dissertação ““De que cor eu sou?’ O lugar da menina negra no espaço escolar – um estudo sobre a representação das Mulheres Negras no livro didático de história” a autora Caroline Barroso Miranda se filia diretamente ao pensamento de Collins, inclusive dando espaço para as experiências de suas alunas negras na dissertação (Miranda, 2020, p.23). Enfrentando diversas dissertações, em sua redação, não explicitam diretamente a experiência no decorrer do texto.

Para além da diferença epistemológica na parte crítico-analítica o ProfHistória também possui uma parte propositiva, que historicamente foi chamada de “produto”. A professora atuante no ProfHistória, Margarida Maria Dias de Oliveira afirmou em 2022:

Por outro lado, a dissertação permanece uma junção do formato acadêmico e de um produto de aplicação no cotidiano docente da escolarização básica. Esse não seria um problema se produto e a dissertação acadêmica fossem elementos interagentes e constituíssem um todo orgânico. Mas não é o que ocorre. Em geral, mestrados empregam muito tempo e espaço na demonstração e na apropriação do saber acadêmico, reservando aproximadamente  $\frac{1}{4}$  do tempo total do mestrado à reflexão, planejamento, pesquisa e elaboração final do produto (Oliveira, 2022, p.131).

Nas dissertações aqui analisadas, principalmente as consideradas de Análise Temática, seguem o padrão exposto por Oliveira. O produto, atualmente chamado de dimensão propositiva, também pode configurar uma diferença epistemológica em relação às pesquisas levantadas por Alain Choppin, já que ele configura uma tentativa de intervenção no objeto estudado.

### **Considerações para pesquisar livros didáticos no Profhistória**

O artigo “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.” de Alain Choppin que foi publicado no Brasil em 2004 é citado em diversas pesquisas que analisam livros didáticos de História devido a sua síntese de abrangência internacional.

Após analisar as dissertações produzidas no âmbito do programa ProfHistória através do mapeamento de Choppin é possível perceber a predominância de pesquisas que analisam temáticas, ou seja, de partes dos livros que discorrem sobre assuntos específicos. A maior parte destas pesquisas buscam alertar para invisibilidades históricas e fiscalizar o cumprimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Os poucos trabalhos que propõem analisar os livros didáticos de forma global costumam dialogar a abordagem histórica dos livros com conceitos de autores de Teoria da História. O ProfHistória, portanto, tem “disputado” os livros didáticos em duas frentes: o conteúdo e os conceitos. Analisar o livro didático enquanto comunicação ou literatura ainda são uma abordagens pouco exploradas neste programa de pós-graduação.

As pesquisas no ProfHistória possuem duas diferenças qualitativas em relação a maior parte das tendências mapeadas por Choppin. A primeira é um diferença epistemológica em que a separação entre a pessoa que pesquisa e o objeto pesquisado é bastante reduzida, neste sentido o pensamento feminista negro pode auxiliar em uma abordagem metodologicamente responsável. Outra diferença é a dimensão propositiva dos trabalhos, que, mais do que um simples produto para ser usado em sala de aula, pode ser considerada uma proposta de intervenção na realidade estudada.

Apesar de muito pesquisados, os livros didáticos de História estão longe de representar um assunto esgotado. As pesquisas futuras produzidas no ProfHistória, pelos seus diferenciais, tem grande potencial para contribuir neste tema. Apenas através do estudo metódico poderão surgir propostas para que, apenas talvez, os livros didáticos já não representem tão urgente “preocupação para nossos professores”.

## Referências

BEZERRA, Ellen Natusha Pedroza. **Ensino de História e passados sensíveis: História e memória da Ditadura Militar nos livros didáticos do Brasil e da Argentina.** Universidade Regional do Cariri. Crato, 2018. Dissertação (mestrado).



COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra in: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Autêntica, Belo Horizonte, 2019.

COSTA, Rafaela Paiva. A história do ensino de História no Brasil da última década. **História & Ensino**, v. 22, n. 1, p. 91-107, 2016.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, v. 30, p. 549-566, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, Rio de Janeiro, 2015.

LEÃO, Cleber Teixeira. **Entre o visível e o invisível: a branquitude e as relações raciais nos conteúdos curriculares de ensino de história**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2020. Dissertação (mestrado).

MACEDO, Jesmary Dantas. **As visualidades indígenas nos livros didáticos de História da Educação Básica – PNLD (2022-2024) em Colinas do Tocantins-TO**. 2025. Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2025. Dissertação (mestrado).

MIRANDA, Caroline Barroso. **“De que cor eu sou?” O lugar da menina negra no espaço escolar—um estudo sobre a representação das Mulheres Negras no livro didático de história**. Universidade Federal do Pará. Ananindeua, 2020. Dissertação (mestrado).

NAZÁRIO, Lorraine Janis Vieira dos Santos. **A lei e os livros: transformações na produção didática de História após a Lei 10.639/03**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (mestrado).

PORTAL eduCapes: **Materiais ProfHistória**. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/587075>. Acesso em: 13 ago. 2025.

**PROFHISTÓRIA**. Disponível em: <https://www.profhistoria.com.br/articles>. Acesso em: 13 ago. 2025.



RAMOS, Márcia Elisa Teté. Profhistória: possibilidade de articulação entre ciência, ensino e história pública. **Anais do Simpósio Nacional de História, 30º: História e o futuro da educação no Brasil**, p. 1-15, 2019.